

Ministério de Minas e Energia

Assessoria Especial de Comunicação Social – AESCOM

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Cidades que mais arrecadam com petróleo buscam evitar os erros do passado no Rio	2
Título: Projeto para descarbonizar transporte prevê R\$ 250 bi	8
VEÍCULO: O Estado de São Paulo.....	9
Título: Projeto eleva etanol na gasolina, estimula o diesel verde e cria meta a aéreas	9
VEÍCULO: Folha de São Paulo	11
Título: Painel S.A.: Julio Wiziack.....	11
VEÍCULO: O Globo	13
Título: Petrobras fecha acordo para energia renovável.....	13
Título: ‘Combustível do Futuro’ prevê mais etanol na gasolina	14
VEÍCULO: Correio Braziliense	16
Título: Governo reforça apoio a combustíveis renováveis.....	16

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 15/09/2023****Seção: Brasil****Autor: Caio Sartori****Título: Cidades que mais arrecadam com petróleo buscam evitar os erros do passado no Rio**

Atuais campeãs no recebimento de royalties e participações especiais pela produção de petróleo, Maricá e Niterói, na região metropolitana do Rio, olham para o norte do Estado para aprender com os erros do passado recente. Nas duas cidades, a leitura é de que a abundância de recursos precisa ser usada de forma diferente daquela dos municípios do Norte fluminense, que encabeçavam a lista dos maiores beneficiários no começo do século. A ideia passa por investir, a um só tempo, em políticas sociais, na diversificação da atividade econômica e na criação de “poupanças” para fazer as receitas de hoje renderem no futuro.

A história do uso dos royalties no Estado é marcada pelo que estudos consideram um desperdício. O mau uso dos recursos ocorreu em projetos de pouco impacto pelos municípios ou, no caso estadual, para adiantar pagamentos previdenciários, algo que virou recorrente em um Rio endividado e marcado por décadas de baixo crescimento e perdas de participação no PIB. Agora, o desafio de quem conta com os cofres engordados pelo dinheiro do petróleo passa por não repetir esse histórico, avaliam especialistas e gestores públicos.

Os municípios do Norte fluminense ficaram marcados por não aproveitar a abundância de recursos do petróleo da bacia de Campos, que depois entrou em declínio, para promover mudanças estruturais. Um episódio virou símbolo do que é considerado um uso nababesco do dinheiro: em 2004, a prefeitura de Rio das Ostras gastou R\$ 12 milhões para reformar com porcelanato um calçadão da orla. Também foi marcante, em algumas cidades, o aumento de gastos com a máquina pública.

Nos últimos anos, para preservar o superlativo - e finito - dinheiro dos royalties que hoje irriga as cidades, sobretudo por causa do pré-sal, Niterói e Maricá criaram fundos soberanos inspirados no modelo escandinavo. Hoje, Niterói tem R\$ 927,6 milhões investidos e projeta chegar a R\$ 1 bilhão até o fim do ano. Maricá conta com poupança ainda maior, com R\$ 1,5 bilhão. No ano passado, quando somados royalties e participações especiais, Maricá recebeu R\$ 4,3 bilhões, e Niterói, R\$ 2,6 bilhões.

Pagos mensalmente, os royalties consideram o valor da produção do campo incluído na área municipal. Já a participação especial, trimestral, é uma compensação financeira extraordinária com base na exploração de campos com grande volume produtivo - caso do pré-sal da bacia de Santos, que impulsionou os rendimentos volumosos para as cidades metropolitanas fluminenses e também a paulista Ilhabela, único de fora do Rio na lista dos cinco mais beneficiados em 2022.

Hoje, os campos da bacia de Santos, como o Tupi, vivem momento mais frutífero que o pós-sal da de Campos, que antes colocava o Norte fluminense e municípios do entorno no topo da arrecadação.

Somadas, Maricá e Niterói tiveram cerca de R\$ 7 bi em royalties e PEs no ano passado

Cerca de R\$ 20 bilhões foram repassados apenas em royalties a municípios brasileiros em 2022, com mais de 70% aos do Rio. Estados ficaram com R\$ 16 bilhões, sendo R\$ 12,8 bilhões para os cofres fluminenses. Do ponto de vista municipal, apesar de hoje mais de mil cidades receberem, há uma concentração entre os principais beneficiários - cerca de metade vai para os dez maiores.

“As arrecadações de royalties e participação especial tiveram forte crescimento nos últimos 15 anos, principalmente devido ao expressivo aumento da produção de petróleo e gás natural no Brasil, impulsionado pela produção do pré-sal”, explica Symone Araújo, diretora da ANP. “Passaram de um montante de R\$ 14,6 bilhões em 2007 para R\$ 117,9 bilhões em 2022.”

Araújo destaca que, apesar do ano pujante em 2022 e de haver projeções de como ficará o cenário nos próximos anos, trata-se de um mercado volátil, suscetível a mudanças. “A apuração dos valores de royalties e a participação especial estão sujeitas a muitas variáveis: taxas de câmbio, volumes de produção [petróleo e gás natural], preços de referência [petróleo, gás natural e derivados], alterações na legislação, investimentos das concessionárias e custos incorridos na exploração e produção”, elenca.

O prefeito de Maricá, Fabiano Horta (PT), defende a política do município de poupar pensando no futuro: “O fundo soberano para nós é uma experiência concreta depois do que vimos no Norte fluminense. Um aprendizado direto do que foi feito de errado lá”, diz. “Achamos que o fundo sustenta as políticas sociais a médio e longo prazos. Ele tem uma característica do não uso: só usamos uma

vez na pandemia, com retirada de R\$ 20 milhões para fazer aporte num programa para empresas locais.”

Em Niterói, onde também só houve retirada emergencial na pandemia, o prognóstico é parecido: “Os municípios do Norte receberam um ciclo do petróleo talvez sem ter a noção de que seria tão curto”, analisa o prefeito Axel Graef (PDT). “É fácil falar quando vem depois, porque observamos o erro dos outros, mas tivemos a preocupação de fazer com que a oportunidade seja duradoura.”

Na concepção de programas de renda básica e moeda social, as prefeituras das duas cidades também têm modelos parecidos e considerados de referência. Maricá inspirou a vizinha com a moeda local Mumbuca, que atende 42 mil moradores. O início remete a 2013, antes mesmo do boom dos royalties impulsionar a operação do programa. São pagos R\$ 200 por mês aos beneficiários.

Niterói, por sua vez, tem a moeda Arariboia, com 37 mil famílias atendidas. Os valores do benefício variam. A lógica, nos dois casos, é garantir uma renda mínima aos mais pobres e aquecer a economia no território, dado que o dinheiro circula no comércio local e cria, portanto, beneficiários indiretos.

Nos dois municípios também há o discurso de que investimentos com o dinheiro do petróleo estão sendo feitos para dinamizar a atividade econômica e torná-la menos dependente de óleo e gás. Esse é o ponto defendido pelo economista Mauro Osorio, professor da UFRJ e conhecedor da história econômica e política do Rio.

“Fundo soberano é importante, mas mais ainda é fomentar atividades econômicas indutoras, que possam gerar novas rendas. O que esses municípios precisam é ter uma estratégia de fomento ao desenvolvimento econômico que permita gerar rendas novas para, quando a receita de royalties diminuir, manterem a mesma capacidade de gasto e elaboração de políticas públicas”, avalia.

Secretária de Planejamento de Niterói, Ellen Benedetti segue a linha de Osorio ao destacar os investimentos: “Sempre tivemos a cautela de não deixar de fazer grandes investimentos para desenvolver a economia e, inclusive, gerar impostos”. Quem também endossa o discurso é o secretário de Planejamento, Orçamento e Fazenda de Maricá, Leonardo Alves: “Nossos números de receita própria [sem royalties e PEs] saltaram desde 2017 de R\$ 300 milhões para R\$ 1,4 bilhão. Significa que preparamos a cidade para a receita fluir”.

Apesar de reconhecer que houve mau uso, Osorio é um defensor da manutenção dos valores recebidos pelo Rio, que representam cerca de um terço da receita total do Estado. “O Rio não tem privilégios, não é o ‘playboy’ que muitos pensam. Se por um lado temos a arrecadação dos royalties, perdemos ao longo das décadas 40% de participação no PIB. E o governo federal, aqui, arrecada muito e devolve pouco, só um quarto do que recebe; já em Minas e no Espírito Santo, devolve a metade”, afirma. “É importante deixar isso claro para não reforçar o discurso de que é preciso tirar os royalties do Rio, algo que quebraria o Estado. Os atores nacionais têm que ter essa clareza, até porque isso está em discussão no STF.”

No âmbito municipal, Osorio lembra ainda que, entre 2012 e 2020, na média, as cidades do norte do Estado tiveram queda de receita de 40,8%; em Campos dos Goytacazes, o maior deles, o baque foi de 60,1%. “Ou seja, não aproveitaram de forma adequada aquele momento e hoje têm uma situação de receita mais complicada”, aponta. “Uma exceção é Macaé, que foi base marítima e aérea do pós-sal. Se olhar o ISS de Macaé, é muito alto até hoje. O fato de ter sido a base gerou muita atividade econômica por lá, gera até hoje.”

Secretários em Niterói, Ellen Benedetti e Rodrigo Neves enaltecem a forma como a cidade usa o dinheiro do petróleo — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Secretários em Niterói, Ellen Benedetti e Rodrigo Neves enaltecem a forma como a cidade usa o dinheiro do petróleo — Foto: Leo Pinheiro/Valor

No estudo “Royalties do petróleo e desenvolvimento municipal: avaliação e propostas de melhoria”, publicado em 2012 pela consultoria Macroplan, constata-se que, entre 2003 e 2010, as despesas com pessoal e outras relativas a custeio dobraram num conjunto de municípios - não só do Rio - que vivenciou o boom financeiro no início do século, enquanto os investimentos cresceram 24%.

Presidente da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo (Ompetro), que reúne cidades ligadas à bacia de Campos, o prefeito de Campos dos Goytacazes, Wladimir Garotinho (União Brasil), relativiza o que são considerados os erros do passado e afirma que “o momento é outro”. Segundo ele, os recursos, que correspondem a 30% do total de receitas da cidade, têm sido bem aplicados. “Campos teve sua economia fortalecida pela atividade produtiva, receita própria e, principalmente, parcerias com os governos estadual e federal”, diz. Filho do ex-governador Anthony Garotinho, ele diz que a logística e a infraestrutura da cidade foram fundamentais para a instalação do Porto do Açu.

No atual ciclo, Maricá e Niterói são as maiores beneficiárias dos recursos do petróleo, apesar da judicialização de outros municípios, que tentaram nova redistribuição do dinheiro. São Gonçalo, Magé e Guapimirim conseguiram uma liminar que imporia perdas de arrecadação para as duas campeãs de receitas e para a capital, mas a decisão foi derrubada no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A bonança do petróleo também ajudou a consolidar os grupos políticos que comandam as cidades. Em Maricá, o PT comanda o Executivo desde 2009 - primeiro com Washington Quaquá, e desde 2017 com Fabiano Horta. No auge do antipetismo, em 2016, o partido perdeu nove das dez prefeituras que tinha no Estado. Manteve apenas Maricá. Já em Niterói, onde historicamente o PDT é forte, a sigla também tem mantido bons desempenhos eleitorais. Atual prefeito, o ex-velejadador Axel Graef foi vice de Rodrigo Neves na gestão anterior e se elegeu com 62% dos votos no primeiro turno de 2020.

Hoje secretário-executivo da prefeitura, Neves lembra que, quando o município se deparou com a iminente abundância de recursos do petróleo, debateu-se muito como utilizá-los. Na criação do fundo soberano, houve a inspiração no modelo escandinavo, mas as condições sociais brasileiras impuseram uma lógica inversa na hora de aplicar o dinheiro, com prioridade aos investimentos.

“Lá [nos países nórdicos], poupam 90% no fundo e gastam 10%. Mas, como não estamos na Escandinávia, optei por uma decisão política: a proporção aqui é praticamente o inverso, guardamos 10% das participações especiais no fundo”, explica. “Precisamos investir em educação, saúde, infraestrutura. E não podemos criar na população a ideia de que estamos só guardando para o futuro enquanto as atuais gerações estão sofrendo.”

Nas ruas de Maricá, além do comércio que aceita a moeda social, chama atenção a presença constante dos ônibus que circulam com um aviso: “Tarifa zero”. Toda a frota opera de forma gratuita via Empresa Pública de Transporte (EPT, sigla que soa como “É PT”). O apelido dos veículos, todos da cor do partido do prefeito e do presidente Lula, é “vermelhinho”, também uma forma de associar à sigla as políticas populares.

No caso da moeda Mumbuca, assim como a Arariboia em Niterói, o mais comum é ver a população usando o benefício para comprar itens básicos.

“A Mumbuca mudou muita coisa. Somando meu benefício e do meu marido, dá R\$ 400 por mês. Uso muito para farmácia e mercado. O bom é que sobra mais dinheiro para comprar outras coisas”, conta, na saída de um supermercado, a diarista aposentada Adinea Figueiredo, de 65 anos.

Horta explica que os programas sociais - especialmente a Mumbuca, os “vermelhinhos” e o chamado Passaporte Universitário - ganharam escala nos últimos anos. Ele garante, contudo, que a cidade também tem investido em áreas-chave como infraestrutura urbana, num contexto de aumento populacional. O município foi, com sobras, o que mais cresceu no Rio no último Censo do IBGE: passou de 127 mil para 197 mil pessoas em 12 anos, aumento de 55%.

“Por consequência, há mais passivo na educação, na saúde. Tem que ampliar escolas, porque há um passivo de vagas. Estamos trabalhando no aumento das redes, na consolidação da infraestrutura, no saneamento”, diz. O saneamento costuma ser apontado pelos próprios petistas da cidade como um problema ainda pendente, apesar de avanços nos últimos anos.

Nas duas cidades, o conforto nos cofres também tem permitido gastos em cultura e temas afins, como a construção do novo Mercado Municipal em Niterói ou o planejamento de uma enorme feira de livros a ser realizada nas próximas semanas em Maricá, com convidados como Gilberto Gil. Na festa literária, o município vai destinar R\$ 10 milhões para alunos da rede pública comprarem livros.

Outro apoio milionário à cultura, como “soft power” da cidade, será dado à escola de samba União de Maricá, que no ano que vem estará pela primeira vez na Marquês de Sapucaí - vai desfilar na Série Ouro, a segunda divisão da festa. O subsídio de R\$ 8 milhões é quatro vezes maior do que a prefeitura da capital paga a cada escola do Grupo Especial, a elite do Carnaval.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 15/09/2023****Seção: Brasil****Autor: Rafael Bitencourt e Guilherme Pimenta****Título: Projeto para descarbonizar transporte prevê R\$ 250 bi**

O governo enviou ao Congresso o programa “Combustível do Futuro” com a promessa de movimentar R\$ 250 bilhões em investimentos na descarbonização da matriz de transportes. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, com o ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia), o envio do projeto de lei (PL) em solenidade no Planalto.

Silveira não detalhou como os recursos chegarão aos setores envolvidos, que inclui produtores de etanol, biodiesel e querosene sustentável de avião, além da indústria e consumidores que precisarão adequar a frota. O ministro disse apenas que os recursos virão do setor privado por estímulo do poder público.

O Combustível do Futuro deve ajudar o país a cumprir metas de emissão de gases de efeito estufa assumidas em fóruns internacionais. Isso inclui o atendimento de compromissos contidos no RenovaBio, voltados para os biocombustíveis, e no Rota 2030, para a indústria automotiva.

O projeto indica que as emissões na aviação devem cair 1% em 2027 até alcançar 10% em 2037. No período, o setor deve aumentar gradualmente a participação de combustível sustentável de aviação (SAF) no querosene convencional (QAv).

Com a previsão de estimular o consumo de “diesel verde”, o governo prevê a definição de metas de incremento de biodiesel até 2037. Durante a solenidade, Lula sinalizou que o país já poderia elevar participação de biodiesel no diesel comercializado. Hoje, o percentual está em 12%, no padrão B12. O presidente disse que é possível elevar para 13% ou 14%.

Questionado sobre a fala do presidente, Silveira disse que a mudança só ocorrerá quando puder oferecer previsibilidade e segurança aos investidores.

“Quando nós aumentamos de B10 para B12, não tivemos um centavo sequer de impacto no preço do óleo diesel no Brasil, porque nós tínhamos todos os estudos e segurança para fazer o aumento da mistura sem impacto econômico e social. É nisso que queremos trabalhar”, afirmou.

O Combustível do Futuro ainda prevê o ajuste na faixa de participação etanol anidro na gasolina vendida na bomba, que hoje varia entre 18% e 27,5%. Se aprovado o PL, essa margem deve ser alterada de 22% a 30%.

Duas iniciativas do programa chegam como novidade no mercado brasileiro. Uma delas é a captura e estocagem de dióxido de carbono, o que envolve a coleta, compressão e transporte do gás poluente até o local onde será injetado no subsolo. Outra é iniciar estudos para a adoção de combustíveis sintéticos, como no caso das gasolina especial será usada, já a partir de 2025, em carros da Fórmula 1.

Ao discursar, Lula afirmou que o Brasil pode ocupar uma posição de destaque no setor de combustíveis renováveis, e que seria “tão ou mais importante” do que os países do Oriente Médio no setor de petróleo.

Segundo o presidente, essa “chance” é oferecida ao país em razão do atual momento em que a transição energética está no centro do debate internacional e governos e empresas buscam maneiras de ampliar a participação das fontes renováveis na matriz energética. Para ele, o Brasil tende a ser um “provedor de soluções de baixo carbono para outros países”.

VEÍCULO: O Estado de São Paulo

Data: 15/09/2023

Seção: Economia

Autor: Bianca Lima e Mariana Carneiro

Título: Projeto eleva etanol na gasolina, estimula o diesel verde e cria meta a aéreas

Proposta cria o Plano de Transformação Ecológica e tem por objetivo reduzir a emissão de gases de efeito estufa

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem o projeto de lei que cria o Programa Combustível do Futuro – que faz parte do Plano de Transformação Ecológica, uma ampla agenda verde que será o foco do Executivo nos próximos meses. O texto, que será enviado ao Congresso, prevê mudanças para os mercados de etanol, diesel e querosene de aviação.

O objetivo é a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) pelo setor de transportes, que é responsável por um quarto das emissões globais. O texto tem

como foco três áreas principais: automóveis individuais, transportes de carga e aviação.

No caso do transporte individual, o projeto aumenta os limites para a proporção de etanol na gasolina – uma demanda do setor sucroenergético. Hoje, a mistura tem um piso de 18% e um teto de 27,5%. O projeto eleva esses limites para 22% e 30%, respectivamente. Pelo texto, porém, o novo percentual máximo será “condicionado à constatação da sua viabilidade técnica”.

Em relação ao transporte de carga, o foco está no Programa Nacional de Diesel Verde (PNDV), que vai definir uma participação mínima obrigatória desse combustível no setor. Os percentuais e o volume que caberão a cada distribuidora serão definidos pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Na solenidade de assinatura do projeto, Lula também falou em recuperar usinas de biodiesel fechadas e em aumentar o percentual do combustível misturado ao diesel. Ele deu as declarações na solenidade em que assinou o projeto do programa Combustível do Futuro. “Sei que muitas usinas de biodiesel fecharam. E, se depender de mim, nós vamos recuperar todas.”

“Quem sabe a gente tenha de convidar outra vez o Conselho de Política Energética, e quem sabe a gente (tenha de) aumentar de 12% para 13%, de 12% para 14% (a parcela de biodiesel no diesel). Porque está provado que é possível a gente aumentar a produção”, disse Lula.

O governo federal já aumentou, em março, de 10% para 12% o percentual de biodiesel no diesel. A decisão inclui aumento gradual até chegar a 15% em 2026.

ACELERAÇÃO

Se a ideia ventilada pelo presidente for levada adiante, seria uma antecipação desse cronograma. A indústria de biodiesel pressiona para que os 15% sejam adotados já em 2024.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, minimizou a possibilidade de aceleração imediata dos prazos. Ele defendeu previsibilidade e segurança ao setor e aos investidores. “É importante que possamos dar segurança ao investidor para que possa fazer novas indústrias, comprar matéria-prima e se planejar”, disse.

O setor aéreo, por sua vez, será afetado pela criação do Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação, que prevê metas de redução de poluentes. O percentual mínimo de redução começa em 1%, em 2027, e chega a 10% em 2037. COLABORARAM ISADORA DUARTE, CAIO SPECHOTO E MARLLA SABINO

VEÍCULO: Folha de São Paulo

Data: 15/09/2023

Seção: Colunas

Autor: Julio Wiziack

Título: Paineis S.A.: Julio Wiziack

Vacilo

A Eletrobras contratou a Boston Consulting Group (BCG) para fazer a reestruturação de cargos e demissões pós-privatização, mas, só às vésperas da implantação do plano, descobriu que precisava de aval da Aneel. A anuência é obrigatória quando há compartilhamento de engenheiros entre empresas de um mesmo grupo, o que passou despercebido. Para fazer os cortes previstos neste ano, o ok tinha de sair nesta sexta (15).

Não dá

O prazo foi considerado inviável, especialmente após o apagão que envolveu a Eletrobras. Os técnicos da Aneel querem garantir que a reorganização de cargos não traz riscos ao sistema elétrico.

Shiva

O plano traçou sinergias entre Chesf, Furnas, Eletronorte e Eletrosul, as subsidiárias da Eletrobras. Um engenheiro de uma delas poderá atuar para todo o grupo, o que embasa o enxugamento de cargos operacionais.

Só em 24

Rodrigo Limpp, executivo da Eletrobras e ex-presidente da Aneel, tenta reverter a situação. Se a agência não se posicionar até o fim deste ano, os cortes só poderão ser feitos no segundo trimestre de 2024 por força de regras de controle impostas pela Lei Sarbanes Oxley, dos EUA, onde a empresa negocia ações.

Outro lado

A Eletrobras informou que já enviou as informações solicitadas pela Aneel. ABCG não quis comentar.

Desacelerou

O fim dos incentivos fiscais ao setor automotivo ajudou a derrubar as vendas do varejo. Em agosto, a retração foi de 0,2%, segundo a Serasa Experian. Após quatro meses consecutivos de queda, entre janeiro e abril, o faturamento das lojas físicas contabilizou meses de crescimentos modestos (abaixo de 0,5%) até julho, e voltou a cair.

Põe a mão...

O governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), cobrou a Petrobras por investimentos na floresta amazônica se ela quiser aval para a exploração de petróleo na foz do rio Amazonas. As declarações foram dadas no Brazil Climate Summit, em Nova York (EUA). Barbalho disse que a estatal deve seguir a Noruega, grande produtora de óleo e gás que investe no Fundo Amazônia.

...No bolso

“Coloca na mesa um cheque e patrocina uma nova Amazônia”, disse. Para ele, se a Petrobras incentivar a preservação do bioma, o poder público poderá criar uma narrativa que não se divida entre prós e contras da exploração da região, como no caso do petróleo na foz.

Mais verde

A Itambé conseguiu a liberação de R\$ 191 Milhões do BNDES para dobrar a capacidade de produção de cimento para 2,3 mil toneladas em sua fábrica no PR. Os recursos vão para a ampliação da linha de clínquer, insumo do cimento, e para uma unidade de coprocessamento à base de combustível alternativo. Enquadrado como um projeto de neointustrialização, ele prevê redução de 30% do uso de combustíveis fósseis, como o coque de petróleo e o carvão mineral.

VEÍCULO: O Globo**Data: 15/09/2023****Seção: Economia****Autor:****Título: Petrobras fecha acordo para energia renovável**

> A Petrobras assinou ontem memorando de entendimento não vinculante com a TotalEnergies e Casa dos Ventos para avaliar projetos em energias renováveis no Brasil. Segundo a estatal, o objetivo é desenvolver estudos conjuntos para avaliar oportunidades de negócios em energia eólica, tanto onshore (terra) como offshore (mar), solar e hidrogênio de baixo carbono no país.

> Trata-se de uma mudança importante na Petrobras, que nos últimos anos havia deixado de investir em fontes renováveis. Desde que Jean Paul Prates assumiu a companhia, criou uma diretoria de Transição Energética e já selou acordos com a Shell e a Equinor para buscar projetos verdes no Brasil.

> A assinatura do acordo foi na sede da Petrobras, no Rio, com a presença do CEO da TotalEnergies, Patrick Pouyanné, e do presidente da Casa dos Ventos, Mario Araripe.

> A Petrobras e a TotalEnergies são parceiras em ativos de exploração e produção no Brasil, como Mero, Iara, Atapue Sépia, entre outros, além de manterem parceria estratégica em pesquisa e desenvolvimento.

> - A Petrobras dá mais um passo em direção à transição energética justa e inclusiva com esse novo acordo com a TotalEnergies e a Casa dos Ventos. Nosso propósito é atuar em conjunto com grandes players para deslançar investimentos em negócios de baixo carbono, encorpando o cenário de pesquisa tecnológica e novos negócios no país—disse o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates.

> O acordo tem duração de dois anos.

> — Queremos contribuir para tornar o país protagonista na economia de baixo carbono — disse o presidente da Casa dos Ventos, Mario Araripe. (Bruno Rosa)

VEÍCULO: O Globo**Data: 15/09/2023****Seção: Economia****Autor: Alice Cravo, Jeniffer Gularte e João Sorima Neto****Título: 'Combustível do Futuro' prevê mais etanol na gasolina**

Associação de produtores avalia que serão necessários mais 1,5 bi de litros ao ano. Fecombustíveis quer 'análise aprofundada'

O governo federal lançou ontem, em cerimônia no Palácio do Planalto, o Programa Combustível do Futuro, com o objetivo de estimular o uso de combustíveis renováveis. Ele será enviado ao Congresso na forma de um projeto de lei. A medida faz parte de um "pacote verde" que mira o processo de transição energética e a redução das emissões de gases do efeito estufa, que provocam o aquecimento global.

— A natureza de um lado e a irresponsabilidade do outro, de tanto desmatar o planeta e de tanto poluir o planeta, está dando uma nova chance ao Brasil. A chance que a gente pode se transformar em uma coisa tão ou mais importante do que o Oriente Médio é para o petróleo, a gente pode ser para os combustíveis renováveis — afirmou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Uma das medidas prevê a elevação dos limites máximo e mínimo da mistura de etanol e gasolina. Atualmente, o teor de etanol na gasolina pode ficar entre 18% e 27,5%. Pela proposta, esses limites subiriam para 22% e 30%. Mas a fixação de percentuais superiores ao limite vigente, de 27,5% dependerá da constatação da viabilidade técnica.

Esse aumento exigirá a produção extra de 1,5 bilhão de litros de etanol por ano, segundo previsão da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica), entidade que representa as principais unidades produtoras de açúcar, etanol e bioeletricidade da região Centro-Sul do Brasil. De acordo com a Unica, os produtores poderão suprir essa nova demanda. A produção anual está hoje em 30 bilhões de litros.

— A elevação do limite representa 5% do total de etanol produzido hoje, o equivalente a 1,5 bilhão de litros. Temos certeza de que o setor tem capacidade de entregar esse volume necessário para essa demanda, caso esse projeto seja aprovado — garantiu o presidente da entidade, Evandro Gussi.

SEM CÁLCULO DE EMISSÕES

Segundo o presidente da Unica, com aumento do limite proposto, a gasolina brasileira tende a apresentar melhor performance e ser mais sustentável, já que as emissões de poluentes diminuiriam. Ele não sabe estimar se o preço tende a cair para o consumidor, mas lembra que, no passado, a mistura de etanol à gasolina fez com que o brasileiro economizasse.

— Pela própria mistura, que faz com que o preço seja menor, e pela competição que existe entre etanol e gasolina — afirmou Gussi.

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), por sua vez, informa que para os carros flex, que funcionam a gasolina e álcool, não haverá prejuízo, pois seus componentes são calibrados para funcionar com qualquer percentual de mistura de etanol.

Em relação às emissões, no entanto, não é possível saber se o aumento do percentual tem impacto, porque não foram feitos testes com o teto de 30% de álcool anidro.

Já nos veículos exclusivamente a gasolina, a Anfavea explica que não é possível avaliar se há prejuízo aos componentes ou aumento de emissões porque não foram feitos testes com esse percentual. A Anfavea lembra, entretanto, que 90% da frota brasileira atual, estimada em 46,2 milhões de veículos, utiliza motores flex.

A Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis) disse que, do ponto de vista ambiental, considera positivo o aumento do percentual de etanol na gasolina.

— Mas temos preocupação com relação aos veículos cujos motores são movidos exclusivamente a gasolina. Este tema requer uma análise técnica mais aprofundada. Em relação ao impacto de preços, não teria base para avaliar, uma vez que os postos dependem dos custos do produto repassados pelas distribuidoras — disse o presidente da entidade, James Thorp Neto.

NA ONU E NA COP

Conforme antecipado pelo GLOBO, além do novo limite para o etanol na gasolina, o projeto cria ainda os programas de Combustível Sustentável de Aviação e do Diesel Verde, bem como a regulamentação dos combustíveis sintéticos e a

criação de um marco regulatório para captura e estocagem geológica de dióxido de carbono (CO₂).

Estavam presentes na cerimônia os ministros Alexandre Silveira (Minas e Energia), Marina Silva (Meio Ambiente), Rui Costa (Casa Civil) e Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos), além do vice-presidente, Geraldo Alckmin, e do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Lula disse ainda que vai levar o debate sobre combustíveis renováveis à Assembleia-Geral da ONU, na semana que vem, em Nova York, e à COP nos Emirados Árabes, em dezembro.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 15/09/2023

Seção: Economia

Autor: Ingrid Soares, Rafaela Gonçalves

Título: Governo reforça apoio a combustíveis renováveis

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lançou, nesta quinta-feira (14/9), projeto de lei que cria o Programa Combustível do Futuro. O programa tem foco na transição energética e no incentivo ao uso de biocombustíveis para ajudar o Brasil a atingir as metas de redução das emissões de gases do efeito estufa estabelecidas em acordos internacionais. A proposta é uma junção de diversas políticas que convergem para a descarbonização da matriz energética de transportes e para o incremento da eficiência energética dos veículos, contribuindo para a reindustrialização do país. De acordo com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, a iniciativa tem potencial para atrair R\$ 250 bilhões em investimentos no setor de energia renovável.

O texto, assinado em cerimônia no Palácio do Planalto, seguirá para tramitação inicial pela Câmara dos Deputados. Ele propõe a integração entre a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), o Programa Rota 2030 — Mobilidade e Logística e o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE Veicular) e define cinco grandes eixos de atuação, com políticas que vão desde o aumento da mistura do álcool na gasolina para até 30% à captura de gás carbônico da atmosfera e posterior estocagem no subsolo (veja o quadro).

Em discurso durante a cerimônia, Lula cobrou o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), que estava no evento. "Lira, espero que o Congresso aprove logo isso para o país sair da pequenez e entrar numa atitude de grandeza", disse.

País avança na produção de hidrogênio verde

Aliança por biocombustíveis reúne 19 países para produção sustentável

Lula afirmou que o Brasil pode ser uma referência mundial na produção de combustíveis renováveis e que o país pode ser, nessa área, "o que o Oriente Médio é para o petróleo". Ele ainda destacou que o debate sobre esse tipo de combustível estará na pauta da Assembleia-Geral da ONU, na próxima semana, em Nova York, e da COP, a conferência entre as partes do Acordo sobre Mudança do Clima, em dezembro, nos Emirados Árabes Unidos. E anunciou que irá à Alemanha para conversar com empresários e "mostrar que o Brasil é e vai se tornar o grande produtor de alternativa de combustível".

O presidente voltou a cobrar a promessa de ajuda de países ricos, feita em 2019, de doação anual de US\$ 100 bilhões para a preservação ambiental em países em desenvolvimento. "Desde 2019, estamos esperando a doação, que não apareceu até agora. Mas o Brasil não vai ficar esperando. O Brasil vai, por conta própria, resolver o seu problema", afirmou o petista.

Reindustrialização

De acordo com o ministro Alexandre Silveira, o programa vai contribuir para a reindustrialização do país. "É um projeto que faz a integração dos veículos flex, híbridos e elétricos. Vai trazer a segunda geração do etanol, a eficiência dos motores com E30 (30% de adição de etanol na gasolina), incentivo ao diesel verde e ao combustível sustentável de aviação. Vamos reindustrializar o país, permitindo mais de R\$ 250 bilhões em investimentos. Isso é transição energética e a verdadeira economia verde", declarou.

O ministro mencionou a Aliança Global para os Biocombustíveis, que foi lançada no último sábado, durante a Cúpula do G20, em Nova Déli, na Índia. Ele afirmou que, com o projeto, o Brasil se tornará provedor de soluções de baixo carbono para outras nações. "O caminho para o desenvolvimento não se faz de forma isolada. Vamos garantir desenvolvimento econômico com frutos sociais e respeitando o meio ambiente, gerando mais emprego e renda. O país vai crescer, descarbonizar sua matriz de transporte e contribuir para a descarbonização do planeta", concluiu.

O plano anunciado ontem propõe a instituição do Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV), que tem como objetivo incentivar a produção e o uso do Combustível Sustentável de Aviação (SAF, na sigla em inglês). Pela proposta, as empresas aéreas seriam obrigadas a reduzir as emissões de dióxido de carbono em 1%, a partir de 2027, alcançando redução de 10% em 2037. Essa redução será alcançada pelo aumento gradual da mistura de SAF ao querosene de aviação de origem fóssil.

O projeto de lei cria ainda o Programa Nacional do Diesel Verde (PNDV), cuja meta é a redução da dependência externa de diesel derivado de petróleo por meio da incorporação gradativa do diesel verde à matriz de combustíveis do país. O governo também pretende elevar a mistura de etanol anidro à gasolina. O texto altera o teor mínimo para 22% e estabelece o percentual máximo em 30%.

CAPAS DE JORNAIS

Música
Miguelzinho, 'o menino do cavaquinho', desfruta ascensão no cenário artístico nacional E&E



Vinhos
Após anos de cultivo desleixado, garnacha surpreende com grande valorização E&E



Literatura
Escritor angolano Kalaf Epalanga discute o idioma português como herança colonial E&E

Seita-feira, 15 de setembro de 2023
Ano 24 Número 5637 R\$ 6,00
www.valor.com.br

ECONÔMICO

Valor

Supremo impõe penas de até 17 anos no 8 de Janeiro

Quedou Peron De Brasília

Em sessão histórica, marcada por embate entre os ministros Alexandre de Moraes e André Mendonça, o Supremo Tribunal Federal (STF) condenou ontem os três primeiros réus envolvidos nos atos golpistas do 8 de Janeiro. Todos foram presos em flagrante no dia das invasões às sedes dos Três Poderes, em Brasília.

Após Lécio Pereira e Mathias Lima de Carvalho foram condenados a 17 anos de prisão, sendo 15 anos e cinco em regime fechado. Thiago de Amorim Marinho recebeu pena menor, 14 anos, por não ter sido réu e incentivando a participação de outras pessoas nos ataques. As condenações seguem o voto de Moraes, o relator, acompanhado pelos ministros Edson Fachin, Luiz Fux, Dias Toffi, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Rosa Weber.

O ministro Luís Roberto Barroso divergiu apenas para afastar a tentativa de abolição violenta do Estado de Direito e definição de pena de 10 anos em regime fechado e 1 ano e seis meses em regime aberto a Pereira e Carvalho. Cristiano Zanin também divergiu e votou por pena de 15 anos, sendo 13 anos e seis meses em regime fechado.

Os dois ministros indicados por Jair Bolsonaro, Nuno Marinho e André Mendonça, afastaram crimes mais graves, como as tentativas de golpe de Estado de abolição violenta do Estado de Direito, resultando em penas significativamente menores.

Em um voto, os 14 julgamentos, após iniciar a tentativa de golpe, Mendonça passou a questionar a ação do atual governo, em especial do ministro da Justiça, Flávio Dino, na proteção ao Palácio do Planalto. Nesse ponto, foi interrompido por Moraes, seguindo-se uma discussão. "Havia uma linha vermelha na plenária do STF que também foi destruída, para dizer que houve uma ocupação do governo contra o próprio governo? Então não", afirmou. "Não está que pulamos na minha boca. Você é diverso e pluralista", rebateu Mendonça.

Uma elite mais diversa



A empresária Bruna Araújo de Oliveira, professora do Insper, onde criou o coletivo Rapazete Negro (a mulher é o símbolo do Insper), para apoiar as alunas pretas e pardas da instituição. (1/1)

Gasto com educação e saúde responde por mais da metade das despesas das prefeituras

Municípios Estudo mostra que, em 50 anos, investimento em infraestrutura e serviços urbanos caiu de 27,41% para 9,89%

Rodrigo Carro e Rafael Rous De Rio

Nos últimos 50 anos, a composição das despesas dos municípios teve uma mudança significativa. Enquanto a luta dos gastos com a construção e manutenção de infraestrutura e com serviços urbanos caiu de 27,41% em 1972 para 9,89% em 2022, os recursos destinados a saúde e educação cultural tiveram um salto expressivo, impulsionados por emendas à Constituição que estabeleceram percentuais mínimos de aplicação para essas áreas. Se em 1972 a saúde respondia por 5,67% das despesas, cinco décadas depois o percentual estava em 23,08%. No caso dos gastos com educa-

ção e cultura, a participação pulou de 14,82% para 26,26%, segundo o Observatório de Informações Municipais (OIM). "Com a Constituição de 1988, os municípios passaram a ser entes federativos em condições de igualdade com os Estados e o União. Aumentaram muito as atribuições das prefeituras, mas os recursos não", diz Sérgio Magalhães, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). "A concentração dos recursos na mão do governo federal é brutal". Com a expansão dessas despesas, educação e saúde respondem, juntas, por pouco mais da metade dos gastos das prefeituras brasileiras em 2022. Bem abaixo estavam as funções que representam a admi-

nistração (9,93%) e o urbanismo (9,89%), de acordo com o OIM, do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Arthur Aguiar, diretor de políticas públicas do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (Ieps), avalia que a principal mudança na área em relação à década de 1970 vem com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e as normas administrativas implementadas a partir de então, que aumentaram as obrigações por federais. Cláudio Nogueira Filho, diretor-executivo do Instituto pela Transparência, pontua que o país ainda está, na maioria dos municípios, longe de um cenário de excesso de gastos em educação. Até 2020, cerca de 40% das instituições estavam em situação de "subfinanciamento crítico". **Página 66**

No Setembro Amarelo, 'sobreviventes' do luto narram dor da perda

Fernanda Godoy e Robinson Borges De São Paulo

O documentário "Tudo o que Ficou", que aborda o luto nos meses do suicídio, estreia no GNT e no Globoplay no dia 15. A obra de Marcia Dittus e Susanna Lira se integra ao Setembro Amarelo e discute o respeito devido para quem permanece na pessoa que ficou a péssima vida — os "sobreviventes-entendidos" — e também meios e cuidados para lidar com a perda. Para o psicóloga Christian Dantes, a tristeza do luto precisa ser vivida. "Nossa sociedade é delirante porque, diante da tristeza, se apressa". **E&E**

Governo estuda denunciar Shopee por sonegação

Jéssica Sant'Ana De Brasília

O governo avalia denunciar a empresa Shopee por suspeita de sonegação de impostos e lavagem de dinheiro. O Valor apurou que a Receita Federal encaminhou documentação para análise do Ministério da Justiça. A companhia estaria evitando a aderir ao Bemvindo Confiance, programa do Fisco que busca trazer marketplaces estrangeiros para a comunidade. O motivo seria resposta sonegação de impostos e lavagem de dinheiro. A Shopee não se manifestou. **Página 66**

Campeãs dos royalties tentam não repetir erros

Cale Sartori De Maricá (Rio de Janeiro)

Campeãs no recrutamento de royalties e participações especiais pela produção de petróleo, Maricá e Niterói, na Região Metropolitana do Rio, tentam evitar o desperdício dessa riqueza. Nas duas cidades, a leitura é de que os recursos precisam ser usados de forma diferente daquela dos municípios do Noroeste Fluminense, que encabeçaram a lista dos maiores beneficiários no começo do século. Em 2004, por exemplo, a Prefeitura de Rio das Ostras gastou R\$ 12 milhões para reformar seus equipamentos em cálculo da vida. As duas cidades criaram fundos soberanos inspirados no modelo escandinavo. Niterói tem R\$ 507,6 milhões investidos e projeta chegar a R\$ 1 bilhão até o fim do ano. A população de Maricá passa de R\$ 1,5 bilhão. **Página 64**

Ir além



Vibra com a transformação digital para aprimorar e modernizar com a comunidade e levá-lo além do âmbito de combates, diversificando receitas, diz Vanessa Gardillo. **Página 57**

Anulação de provas da Lava-Jato pode afetar cobranças da Receita

Jaice Bacelo e Beatriz Otton De São Paulo e Brasília

A decisão do ministro Dias Toffi, do Supremo Tribunal Federal, que anula as provas obtidas na Operação Lava Jato oriundas do acordo de leniência da antiga Odebrecht (hoje Novonor), além de afetar processos nos crimes criminais, civis e eleitorais, pode ter impacto sobre cobranças da Receita Federal. Mais de 3,4 mil procedimentos fiscais foram instaurados contra pessoas e empresas, entre 2016 e 2019, somando R\$ 22,4 bilhões em tributos devidos, que estão em discussão ao Conselho Administrativo de

Recursos Fiscais (CARF) ou no Judiciário. São cobranças por diferença indevida de tributos, pagamento sem causa, omissão de receitas e operações de importação indevidas — geralmente acompanhadas de multa de 150%. Um dos casos mais valiosos, de cerca de R\$ 2 bilhões, tramita hoje no CARF em grande recurso. Advogados ouvidos pelo Valor dizem que grande parte dos autos de infração tem base em provas obtidas pelo Ministério Público Federal na operação, e que foram compartilhadas com a Receita. Se a prova for obtida de forma ilícita, torna-se "ilegal também para fins tributários", afirma o advogado Rogério Pires. **Página 61**

Indicadores

Indicador	2022	2021	2020
PIB (bilhões)	2.100,0	2.000,0	1.900,0
PIB per capita (R\$ mil)	20.000	19.000	18.000
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	0,750	0,740	0,730
Índice de Satisfação com a Gestão Pública (ISGP)	65,0	60,0	55,0
Índice de Satisfação com a Qualidade dos Serviços Públicos (ISQP)	60,0	55,0	50,0
Índice de Satisfação com a Qualidade da Infraestrutura (ISQI)	55,0	50,0	45,0
Índice de Satisfação com a Qualidade da Educação (ISQE)	50,0	45,0	40,0
Índice de Satisfação com a Qualidade da Saúde (ISQSa)	45,0	40,0	35,0
Índice de Satisfação com a Qualidade da Segurança Pública (ISQSP)	40,0	35,0	30,0
Índice de Satisfação com a Qualidade da Cultura (ISQC)	35,0	30,0	25,0
Índice de Satisfação com a Qualidade da Meio Ambiente (ISQMA)	30,0	25,0	20,0
Índice de Satisfação com a Qualidade da Infraestrutura de Transportes (ISQIT)	25,0	20,0	15,0
Índice de Satisfação com a Qualidade da Infraestrutura de Energia (ISQIE)	20,0	15,0	10,0
Índice de Satisfação com a Qualidade da Infraestrutura de Saneamento (ISQIS)	15,0	10,0	5,0
Índice de Satisfação com a Qualidade da Infraestrutura de Habitação (ISQIH)	10,0	5,0	0,0
Índice de Satisfação com a Qualidade da Infraestrutura de Comunicação (ISQIC)	5,0	0,0	0,0

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)



Sexta-feira 15 de SETEMBRO de 2023 • R\$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47449
estadão.com.br

Ataques aos Poderes em 8 de janeiro ___A6

Supremo julga que houve tentativa de golpe e condena primeiros réus a penas altas

___ Sentenças de 14 a 17 anos por crimes de abolição violenta do estado de direito e golpe de Estado são as primeiras no Brasil

Os três primeiros réus julgados pelo 8 de Janeiro foram condenados ontem pelo STF por golpe de Estado e abolição violenta do estado democrático de direito, entre outros crimes denunciados pela Procuradoria-Geral da República. Foram as primeiras sentenças da história do País por esses crimes, incluídos no Código Penal em 2021. Aécio Lúcio Costa Pereira, de 51 anos, e Matheus Lima de Carvalho Lázaro, de 24 anos, foram sentenciados a 17 anos de reclusão. A Thiago de Assis Mathar, de 43 anos, coube uma pena de 14 anos. Eles terão ainda de pagar multas. A discussão sobre a ocorrência de crime de golpe de Estado opôs o relator, Alexandre de Moraes, ao revisor, Kassio Nunes Marques, e ao ministro André Mendonça. A maioria dos ministros apoiou o entendimento jurídico de Moraes, de que os réus cometeram crimes praticados por multidão, em que não é necessário individualizar condutas.

Eliane Cantanhêde ___A7
Punições exemplares estão só no começo

“Estamos aqui, graças a todo um sistema institucional, contando como a democracia sobreviveu”

Gilmar Mendes, ministro do STF



André Mendonça e Alexandre de Moraes: divergências sobre crimes e penas e sobre fatos de 8 de janeiro

Cinema ___C1

Almodóvar e o amor entre caubóis

‘Estranha Forma de Vida’, novo filme do diretor, tem fado cantado pelo amigo Caetano Veloso.



Tempero oriental ___C8

12 lugares para comer bem na Liberdade

‘Paladar’ lista restaurantes de gastronomia oriental no bairro paulistano. E indica o que pedir em cada um.

Risco de extinção ___C6 e C7



País tem lista de alimentos que podem ‘cair em desuso’

Clima ___A15

Ciclone se afasta do RS; temperatura desaba em SP

Minirreforma eleitoral ___A10

Projeto aprovado encurta pena a candidatos inelegíveis

Câmara concluiu a votação da minirreforma eleitoral. Projeto aprovado altera o Código Eleitoral, a Lei da Ficha Limpa e fragiliza a transparência eleitoral e a prestação de contas de partidos.

Notas e Informações ___A3

Avança a sem-vergonhice

Coluna do Broadcast ___B10

Construtoras da Lava Jato querem pagar leniência com ‘prejuízo fiscal’

Empreiteiras discutem com a CGU a revisão de prazos e formas alternativas de pagar o definido em acordos.

Entrevista ___A8

‘Toffoli ignorou documento que já estava no processo’

UBIRATAN CAZETTA
Presidente da ANPR

Procurador contesta anulação de provas do acordo de leniência da Odebrecht.

E&N Tributação ___B2

Câmara tira poder do governo sobre verba de apostas para o COB e clubes

Parte da receita será destinada a comitês esportivos, que não serão obrigados a seguir regras para uso de dinheiro.

Economia Verde ___B4

Projeto eleva etanol na gasolina para até 30% e dá incentivo ao diesel verde

Programa do governo integra Plano de Transformação Ecológica e tem por objetivo reduzir emissão de gases.

Edição de hoje
3 CADERNOS - 40 páginas

Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes, Para Fechar...
E&N. Destacar Economia & Negócios

C2. Cultura & Comportamento.
A fundo

Tempo em SP
14' Min. 17' Máx.

ISSN: 1516-2034
0 751614 70010

FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 * Nº 34.498

SEXTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 2023

R\$ 6,00



Aécio Pereira no vídeo gravado na invasão reprodução

STF condena por crime de golpe de Estado três réus iniciais do 8/1

Penas são de 17 anos em dois casos e de 14 em outro; Mendonça e Kassio divergiram de maioria

O Supremo Tribunal Federal condenou ontem, por maioria, os três primeiros réus julgados no âmbito dos ataques golpistas de 8 de janeiro em Brasília pelos crimes de associação criminosa, golpe de Estado e abolição do Estado democrático de Direito.

Eles também foram enquadrados por dano qualificado ao patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado. Houve divergência entre os magistrados. Kassio Nunes Marques só votou pela condenação nos dois últimos crimes listados.

André Mendonça, indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) como Kassio, apontou ainda em dois dos casos tentativa de abolição violenta do Estado democrático de Direito, e em um deles, associação criminosa. Ele se ausentou no terceiro.

Luís Roberto Barroso descartou crime de abolição violenta do Estado de Direito, citando coincidência com o de golpe de Estado. Cristiano Zanin votou pelas condenações com penas pouco menores. Os demais seguiram Alexandre de Moraes, relator.

Aécio Lúcio Costa Pereira, 51, e Matheus Lima de Carvalho Lázaro, 24, foram sentenciados a 17 anos de prisão, e Thiago de Assis Mathar, 43, a 14 anos. Nos três casos, os 18 meses finais da pena são em regime aberto, e o restante, em reclusão. Política A4 e A6

Cuba afirma não ter como pagar dívida com Brasil

O regime cubano disse a autoridades brasileiras que espera "algum tipo de flexibilidade" do governo Lula para retomar pagamentos de dívida de US\$ 538 milhões com o Brasil. Como medidas, Cuba sugeriu o uso de moeda alternativa ao dólar ou o pagamento em commodities. O petista desembarca hoje em Havana, para encontro de países em desenvolvimento. Mercado A14



Retrato oficial de Lula 3 passa a integrar a galeria presidencial no Palácio do Planalto, atacada em janeiro Gabriela Bilo/Folhapress

Toffoli descarta rever decisão sobre Lava Jato

O ministro do Supremo Tribunal Federal tem afirmado nos bastidores que não pensa em reavaliar a anulação das provas obtidas na leniência da Odebrecht e o pedido de investigação da atuação dos integrantes da Lava Jato que firmaram o acordo com a empreiteira. Política A7

Aprovado repasse de R\$ 13,9 bi para estados e cidades

Mercado A18

Djamila Ribeiro A Nicarágua e o governo brasileiro

A lhanza no trato com o regime de Daniel Ortega, que redita em muitos pontos o de Somoza, tem de parar. Almejando ser liderança política aliada aos direitos humanos no continente, o governo brasileiro precisa mudar sua postura em relação à ditadura de Ortega. Ilustrada C7

Cid confessou ter dado dinheiro a Bolsonaro, diz Veja

Reportagem da revista afirma que o tenente-coronel Mauro Cid disse à PF que entregou nas mãos do ex-presidente Jair Bolsonaro parte do dinheiro da venda de relógios de luxo recebidos como presentes de Estado. O valor seria de US\$ 68 mil, segundo a publicação. Política A13

Lula tem aprovação estável em 38%; reprovação sobe a 31%, diz Datafolha

A aprovação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) segue estável após oito meses de governo, e a reprovação subiu levemente ante o último levantamento, mostra nova pesquisa Datafolha. Para 38%, o petista faz um governo ótimo ou bom; para 31%, ruim ou péssimo.

Os que consideram a administração regular são 30%. O instituto ouviu 2.016 pessoas em 139 cidades na terça (12) e na quarta (13), e a margem de erro é de dois pontos a mais ou a menos. Em junho, 37% aprovavam o governo; 27% reprovavam; e 33% o consideravam regular.

Indagados se confiam no que diz Lula, 42% disseram "nunca", e 23%, "sempre". O Datafolha também registrou que, quase um ano após as eleições, a polarização persiste na maioria dos entrevistados: 25% se declaram bolsonaristas, e 29% se dizem petistas. Política A8

Câmara autoriza piso menor da saúde em 2023

A Câmara dos Deputados aprovou dispositivo que permite ao governo Lula pagar um piso menor da saúde, em tentativa de resolver impasse jurídico e orçamentário criado pelo arcabouço fiscal. O artigo foi incluído em projeto por Zeca Dirceu, líder do PT na Casa. Mercado A18

Ilustrada C1 Gil, eterno tropicalista

Cantor e compositor, atualmente em turnê e tema de dois novos livros ilustrados, diz que o impulso da Tropicália permanece em seu trabalho, mede o impacto do movimento na música brasileira e discute a miscigenação do Brasil.

Guia C9 Culinária grega em São Paulo tem opções tradicionais e contemporâneas

Esporte B7 A ira da torcida contra Ronaldo

O ex-jogador e empresário é alvo de protestos de torcedores do Real Valladolid após rebaixamento do time e venda de jogadores.



GALO GIGANTE DE AVICULTOR BRASILEIRO PODE CUSTAR ATÉ R\$ 20 MIL

O chamado 'índio gigante', ao lado do menino Gabriel, de 1 ano e 9 meses, pode chegar a 1,20 metro; animal é resultante do cruzamento de aves capiras e raças combatentes, e sua criação visa a produção de carne e fins ornamentais Mercado A28

PAINEL Secretário de SP publica foto de droga com rosto do presidente

Política A4

Filho de Biden vira réu em processo criminal

Hunter Biden, 53 anos, é acusado de mentir ao comprar uma arma e não informar que tinha problemas com drogas, como manda a lei. Ele foi denunciado por três crimes, com pena total de 25 anos. Mundo A15

EDITORIAIS A2

Lula estável

Sobre avaliação de governo, segundo o Datafolha.

Transporte às urnas

Acerca de proposta de passe livre em dias de votação.

ATMOSFERA

São Paulo hoje 20° 13° 0h 6h 12h 18h 24h

ISSN 0484-9721 98771414572063

Pedro Almodóvar: Diretor fala de seu primeiro faroeste e conta como se tornou fanático pelo gênero

SEGUNDO CADERNO

O GLOBO



Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, SEXTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 2023 ANO XCIV - Nº 32.911 - PREÇO DESTA EXEMPLAR NO RJ - R\$ 6,00

DECISÃO HISTÓRICA

STF condena três réus do 8 de Janeiro por atos golpistas contra a democracia

Penas vão de 14 a 17 anos de prisão por 5 crimes, entre eles o de associação criminosa e golpe de Estado

Em um julgamento e decisão históricos, o Supremo Tribunal Federal (STF) condenou os três primeiros réus pelos ataques golpistas em 8 de janeiro, quando milhares de pessoas invadiram e depredaram as instalações do Congresso, do Palácio do Planalto e do próprio STF, as três princi-

pais instituições do país. O julgamento do primeiro réu, Aécio Lúcio Pereira, ballizou a visão dos ministros sobre os atos golpistas. O relator, Alexandre de Moraes, foi seguido por Cristiano Zanin, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Gilmar Men-

des e Rosa Weber ao enquadrar os ataques nos crimes de associação criminosa e de tentativa de um golpe de Estado, além de condenar pela depredação do patrimônio. Os ministros ressaltaram a importância da decisão para proteger a democracia brasileira. Já o ministro André Mendonça

não viu crime de golpe de Estado, mas concordou com "abolição violenta do Estado de Direito". O primeiro indicado à Corte pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, Nunes Marques, não viu qualquer golpismo nos ataques e condenou os réus apenas pelos danos aos bens públicos. **PÁGINA 4**

Penas mais duras e processos mais rápidos que no caso do Capitólio

Sentença aplicada pelo STF a Aécio Lúcio Pereira é duas vezes maior que a imposta ao primeiro condenado pela invasão do Capitólio, nos EUA. Além disso, a tramitação dos casos vem sendo mais rápida no Brasil. **PÁGINA 5**

Sessão teve discussão e rechaço a relativização do golpismo

O voto da maioria dos ministros reforçou o caráter golpista dos atos, rechaçando ter se tratado apenas de um quebra-quebra. O ministro André Mendonça teve discussões com Moraes e Gilmar Mendes. **PÁGINA 6**

VERA MAGALHÃES

Anistia às infrações eleitorais é retrocesso que une os partidos **PÁGINA 2**

FLÁVIA OLIVEIRA

O racismo escancarado pela reação à campanha por negra no STF **PÁGINA 3**

BERNARDO MELLO FRANCO

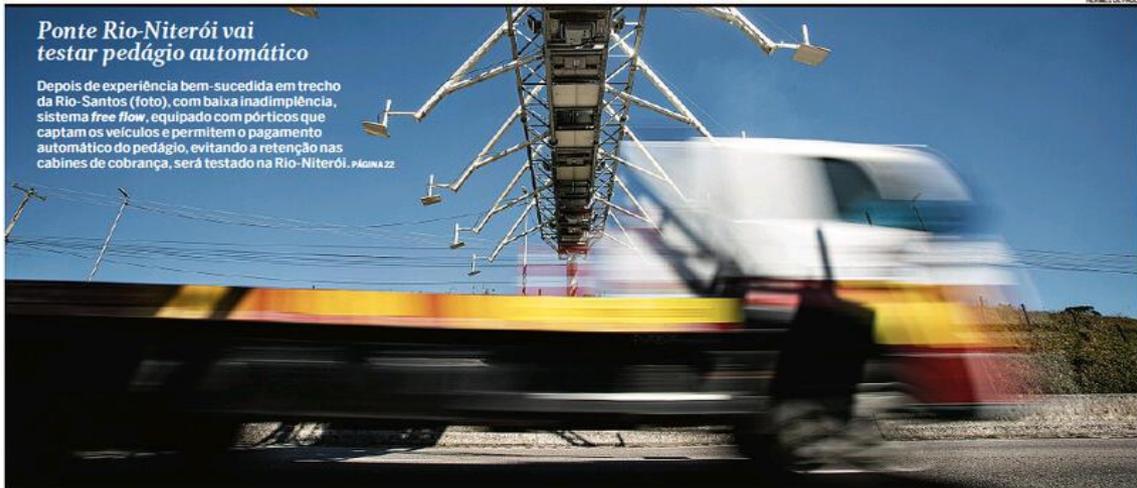
Fufuca assume Esporte com autoelogio e embromação **PÁGINA 3**

PEDRO DORIA

Biografia mostra um Elon Musk que não gosta de gente **PÁGINA 3**

Ponte Rio-Niterói vai testar pedágio automático

Depois de experiência bem-sucedida em trecho da Rio-Santos (foto), com baixa inadimplência, sistema *free flow*, equipado com pórticos que captam os veículos e permitem o pagamento automático do pedágio, evitando a retenção nas cabines de cobrança, será testado na Rio-Niterói. **PÁGINA 22**



Expansão do Desenrola pode destravar consumo, avaliam economistas

Com alta adesão de empresas, nova etapa do programa foca em devedores com renda até dois salários mínimos, e expectativa é que renegociações deem folgo às famílias para compras no final do ano. **PÁGINA 11**

ESPORTES

A epopeia de uma seleção que dribla o Talibã

Ex-capitã da seleção afgã, Khalida Popal (foto) coordenou a retirada de jogadoras do país após o Talibã assumir o poder e proibir o futebol feminino. Agora a luta é para a Fifa permitir que elas representem o país. **PÁGINA 25**



ISABELLA MOORE/THE NEW YORK TIMES



Terapia verde ganha força

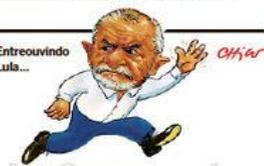
Com numerosos estudos sobre os benefícios do contato com a natureza para a saúde mental e física dos pacientes, hospitais das redes pública e privada, como a Clínica São Vicente, na Gávea, têm investido em espaços para a contemplação do verde. Valem terraços, hortas e até vídeos de paisagens. **PÁGINA 19**

ENCHENTES E SECAS

El Niño atípico liga alerta para eventos extremos no verão

Com o fenômeno concentrado na costa do Pacífico e oceanos mais aquecidos, próximos meses devem ser de extremos climáticos no mundo. No Brasil, previsão é maior intensidade a partir de outubro do calor intenso no Sudeste e das chuvas e enchentes no Sul. **PÁGINA 9**

Entrevistando Lula...



VerCaras.com.br
—Vamos até Cuba, EUA e daqui a pouco a gente volta!

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SEXTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 2023

NÚMERO 22.096 • 58 PÁGINAS • R\$ 4,00



Pratos leves para os dias quentes

Kayti Magalhães/CE/DA Press



Confira cardápio especial e nutritivo que ajuda a refrescar e a hidratar. Tem para todos os gostos e bolsos, como a salada maravilhosa do Green's Restaurant Natural.

Pietro Dimitrow/Divalgiação



Sucessos e emoções

Para quem gosta de boa música, a dica são os shows de Fábio Júnior e de Djavan, que trazem à cidade clássicos cantados por gerações de fãs.



Gabriela Schmidt/Divalgiação

Favas contadas

Sabores que vêm do México para seduzir o brasileiro.

Sons da noite

Sonoridade da Amazônia é atração no Clube do Choro.

Reprodução



Majoria do STF vota por punição severa a réus do 8 de janeiro

O Supremo Tribunal Federal formou maioria para aplicar penas severas aos primeiros réus dos atos golpistas de 8 de janeiro, em sinal da tendência que deve prevalecer no julgamento. Os ministros acompanharam parcial ou integralmente o voto do relator Alexandre de Moraes, que determinou 17 anos de prisão e multa de R\$ 44 mil a Aécio Pereira, o primeiro acusado a ser julgado pela Corte. Os magistrados ressaltaram a gravidade dos atentados ao Estado Democrático de Direito, com divergências pontuais em relação à duração das penas e ao valor da multa. Outros dois réus foram condenados ontem, com penas de rigor semelhante. Em Cidade do Leste, no Paraguai, a polícia prendeu o blogueiro Wellington Macedo de Souza (E), condenado por envolvimento no plano de explodir um caminhão com combustível nas proximidades do Aeroporto de Brasília. Em agosto, a Justiça do DF decretou seis anos de prisão pela participação dele no crime. Ao ser surpreendido pela polícia paraguaia, o blogueiro tentou fugir e foi imobilizado. Outros dois foragidos brasileiros foram presos pelos agentes.



Rosane Coutinho/BRP

Bate-boca — Os ministros André Mendonça e Alexandre de Moraes tiveram uma discussão ríspida, após o primeiro insinuar que o titular da Justiça, Flávio Dino, foi omissivo durante a invasão do Palácio do Planalto.

PÁGINAS 2 E 4

Segurança até dentro d'água

Na hora de fugir do calor e relaxar com tranquilidade às margens do Paranoá, da Água Mineral ou de piscinas, é preciso estar atento para evitar acidentes.

PÁGINA 18

Kayti Magalhães/CE/DA Press



Atentos à maculosa

Ao CB.Saúde, o infectologista Henrique Cardoso disse que, embora o DF não seja região endêmica para a febre maculosa, é preciso conhecer os sintomas da doença.

PÁGINA 14

Luiz Carlos Azedo / Minirreforma eleitoral é vitória da política como negócio. PÁGINA 4

Ana Maria Campos / Alexandre de Moraes fortalece Flávio Dino para vaga no STF. PÁGINA 14

Samanta Salum / Última versão do projeto do PPCUB é liberado pelo Iphan. PÁGINA 16

Mirreza Júnior/CE/DA Press



Atirador é morto por bala que ricocheteou



Rodres Soares

O tatuador Diego dos Santos Ribeiro, 36 anos, praticava tiros em um estande de um clube de Planaltina quando foi atingido por um projétil, logo após ter disparado. A polícia investiga o caso e aguarda o laudo da perícia. PÁGINA 15

Feminicídio — Sancionada lei que prevê auxílio-aluguel a vítimas de violência doméstica. Cada estado definirá o valor. PÁGINA 6

Educação

UnB entre as melhores da AL

Universidade de Brasília alcança o 2º lugar no ranking do QS Latin America e The Caribbean University. Reputação acadêmica foi um dos melhores indicadores. PÁGINA 17

Economia

Caem preços de alimentos no DF

Cebola, óleo de soja e batata-inglesa foram os itens que sofreram maiores reduções, aponta o IPCA de agosto, divulgado pelo IBGE. PÁGINA 16



CLASSIFICADOS: 3342.1000 - ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000

(61) 99198.8045

assinante.df@dabr.com.br • CRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846

VerCapas.com.br

MME / ASCOM .